

CFM lamenta uso de forças policiais em hospital federal do Rio de Janeiro

A ação policial realizada no Hospital Federal de Bonsucesso (HSF), no Rio de Janeiro (RJ), envolvendo efetivos da Polícia Militar e da Polícia Federal para retirar manifestantes das dependências da unidade, foi motivo de crítica por parte do Conselho Federal de Medicina (CFM). Em nota pública divulgada neste sábado (19/10), o órgão lamentou o uso de forças policiais em ambiente de saúde e cobrou soluções efetivas para os problemas que afetam os hospitais federais do Rio de Janeiro.

[ACESSE A ÍNTEGRA DA NOTA DO CFM](#)

Para o CFM, a operação realizada no HSF é um exemplo da falta de diálogo e da dificuldade em se encontrar soluções para as dificuldades enfrentadas por essas instituições. “Consideramos um equívoco apelar para decisões judiciais que resultem no uso de forças policiais em um ambiente de atendimento à saúde, o que acaba gerando estresse desnecessário para pacientes, médicos e outros profissionais de saúde”, destacou a entidade.

O CFM também reforçou a necessidade de o Governo adotar medidas urgentes para reverter a crise que afeta os hospitais federais da cidade. Segundo a autarquia, é fundamental que esses hospitais recebam os recursos necessários para garantir condições adequadas de trabalho para os profissionais da saúde, além de atendimento de qualidade para a população.

Outro ponto abordado pela entidade foi a valorização das equipes de saúde. De acordo com o CFM, além de resolver as questões estruturais, é imprescindível que se criem políticas de recursos humanos que incluam remuneração digna e acesso à educação continuada.

Na nota, o Conselho ainda reforçou a importância de maior transparência por parte dos gestores das unidades hospitalares e se colocou à disposição para colaborar no desenvolvimento de soluções para fortalecer os hospitais federais do Rio de Janeiro, especialmente o de Bonsucesso, unidade de grande relevância para a saúde pública.

Proibição da Anvisa de uso e venda de “chips da beleza” atende orientação do Conselho Federal de Medicina

O Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou nota pública no sábado (19) na qual afirma que a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de proibir a manipulação, comercialização, propaganda e uso de implantes hormonais manipulados, conhecidos como “chip da beleza”, corrobora com o que já havia sido estabelecido na Resolução CFM nº 2.333/23. Essa medida da autarquia médica foi aprovada com o objetivo de proteger a saúde da população, evitando expô-la a substâncias sem comprovação de eficácia e segurança.

[ACESSE A ÍNTEGRA DA NOTA DO CFM](#)

Para o CFM, desde 2023, através da Resolução CFM 2.333, já estava vedada a prescrição médica de terapias hormonais com esteroides androgênicos e anabolizantes (EAA) com finalidade estética, para ganho de massa muscular e/ou melhora do desempenho esportivo, seja para atletas amadores ou profissionais, por inexistência de comprovação científica suficiente que sustente seu benefício e a segurança do paciente.

Prescrição – O CFM destaca ainda em sua nota que existe a possibilidade de prescrição de EAA, desde que justificada para o tratamento de doenças como hipogonadismo, puberdade tardia, micropênis neonatal e caquexia. A substância também pode ser indicada na terapia hormonal cruzada em transgêneros e, a curto prazo, em mulheres com diagnóstico de Desejo Sexual Hipoativo, afirma a autarquia médica.

Nestas situações, há evidências científicas que comprovam a eficácia e segurança desses tratamentos, os quais encontram alternativas disponíveis para compra no mercado brasileiro, sem

necessidade de sua manipulação. No seu posicionamento, o CFM também chama a atenção para os riscos potenciais do uso de doses inadequadas de hormônios e a possibilidade de efeitos colaterais danosos.

Efeitos adversos – Dentre os inúmeros efeitos adversos possíveis do uso dessas substâncias, estão os cardiovasculares, incluindo hipertrofia cardíaca, hipertensão arterial sistêmica e infarto agudo do miocárdio; aterosclerose; estado de hipercoagulabilidade; aumento da trombogênese; e vasoespasmo. Também entram nesse rol: doenças hepáticas, como hepatite medicamentosa, insuficiência hepática aguda e carcinoma hepatocelular; transtornos mentais e de comportamento, incluindo depressão e dependência; além de distúrbios endócrinos, como infertilidade, disfunção erétil e diminuição de libido.

A decisão anunciada pela Anvisa atinge os implantes hormonais manipulados em farmácias magistrais. A medida prevê a suspensão da manipulação, comercialização, propaganda e uso desses implantes. Os “chips” mais comuns têm o tamanho de um palito de fósforo e são aplicados de forma subcutânea; trazem na composição um ou mais tipos de hormônios. Têm sido usados inadvertidamente para fins estéticos e também para tratamento de fadiga e sintomas de menopausa, a despeito da ausência de comprovação científica segundo a literatura vigente.

Por meio de sua norma proibitiva, a Agência reconhece que não há garantia de qualidade, eficácia e nem segurança desses produtos manipulados em farmácias, assim como não há estudos científicos que respaldem a utilização de vias alternativas de administração de hormônios, potencializando o risco de efeitos indesejáveis e graves para a saúde. A orientação da Anvisa para quem já tem um implante desse tipo é procurar seu médico e verificar a necessidade de retirá-lo imediatamente ou, na impossibilidade de retirada, realizar o acompanhamento a fim de se reduzir os danos causados por essa prática.

Fonte: CFM, em 19.10.2024